

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JULIANA RAPHAELA FERNANDES DA SILVA CASTILHO

REVITALIZAÇÃO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE GOIÂNIA

GOIÂNIA

2021

JULIANA RAPHAELA FERNANDES DA SILVA CASTILHO

REVITALIZAÇÃO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE GOIÂNIA

Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Escola de Formação de Professores e Humanidades.

Orientador: Antonio Luiz de Souza

GOIÂNIA

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes da Silva Castilho, Juliana Raphaela

F J94r Revitalização e Patrimônio Histórico de Goiânia / Juliana
Raphaela Fernandes da Silva Castilho. - - Goiânia, 2021.

45 f.

Orientador: Antônio Luiz de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Licenciatura em História,
2021. 1. Patrimônio Histórico. 2. Art Déco. 3. Revitalização. 4. Monumento. 5.
Goiânia. I. de Souza, Antonio Luiz, orient. II. Título.

Orientador: Antonio Luiz Souza.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Monografia nº Semestre 2021-2

Autor: Juliana Raphaela Fernandes da Silva Castilho

Título: Revitalização e Patrimônio Histórico de Goiânia

TERMO DE APROVAÇÃO

O trabalho foi apresentado durante a **XIV Semana Científica de História**, realizada entre 29 de Novembro a 03 de Dezembro, conforme as “Normas de Monografia” da Coordenação de Pesquisa em História, instituídas pela Coordenação de História por intermédio do Ato Próprio Normativo nº 001/2017. O candidato foi arguido pelos docentes nomeados abaixo e seu trabalho de conclusão de curso, requisito parcial para a obtenção do título de Professor Licenciado em História, considerado:

APROVADO com CONCEITO A.

Goiânia, 30 de Novembro de 2021.

Orientador:

Prof. Me. Antonio Luiz de Souza

Banca Avaliadora:

Profa. Me. Maria Madalena Queiroz

Coordenação de Pesquisa em História. Escola de Formação de Professores e Humanidades, 5º Andar. Rua 227, Qd. 66, nº 3.669 – CEP 74.605-080. Telefone: +55 (62) 3946 1686.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por ter me dado paciência e forças para continuar. Dedico este trabalho à minha querida avó Marilda Fernandes Dias (*in memoriam*), minha maior incentivadora. À minha mãe Ilma Maria, a maior inspiração da minha vida. À minhas irmãs Anna e Sarah e ao meu sobrinho João Eduardo.

Agradeço o professor Antonio Luiz de Souza, pelas horas de orientação, paciência e compreensão, pois sem ele não conseguiria. Agradeço também aos professores Maria Madalena Queiroz, Eduardo Reinato e Ivan Vieira pelos ensinamentos de suas aulas. Aos meus melhores amigos Kesia Vieira e Daniel Monteiro pelos momentos de alegria que passamos juntos.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o Patrimônio com ênfase no que Acervo Patrimonial Art Déco tombado pelo IPHAN. O trabalho foi produzido através de pesquisas bibliográficas, utilizando o conceito de História Cultural Imagética para analisar e compreender a revitalização e o Patrimônio na cidade de Goiânia.

Palavras-chaves: Patrimônio; Monumento; Art Déco; Cultural; Restauro; Preservação.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the Heritage with emphasis on the Art Deco Heritage Collection listed by IPHAN. The work was produced through bibliographic research, using the concept of Imagetic Cultural History to analyze and understand the revitalization and the Heritage in the city of Goiânia.

Keywords: Heritage; Monument; Art Déco; Cultural; Restoration; Preservation.

LISTA DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS NATURAIS DA UNESCO

- Centros Históricos: Goiás-GO; Ouro Preto-MG; Diamantina-MG; Olinda-PE; Salvador-BA; São Luís-MA;
- Reservas: Mata Atlântica do Sudeste-SP/PR; Mata Atlântica da Costa do Descobrimento-ES/BA;
- Ilhas: Fernando de Noronha e Atol das Rocas-PE/RN;
- Ruínas de São Miguel das Missões-RS;
- Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas-MG;
- Plano Piloto de Brasília-DF;
- Parque Nacional do Iguaçu-PR;
- Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas-GO;
- Complexo de Conservação da Amazônia Central-AM;
- Paisagem cultural do Rio de Janeiro-RJ;
- Praça de São Francisco-SE.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01: Foto do Antigo Grande Hotel (SEM DATA).....	18
- Figura 02: Foto do Antigo Grande Hotel (2021).....	19
- Figura 03: Foto da Estação Ferroviária (2019).....	20
- Figura 04: Foto da Estação Ferroviária (2021).....	20
- Figura 05: Foto do Antigo Palace Hotel (2019).....	21
- Figura 06: Foto do Antigo Palace Hotel (2021).....	22
- Figura 07: Foto da Antiga Subprefeitura e Fórum de Campinas.....	23
- Figura 08: Foto da Antiga Subprefeitura e Fórum de Campinas.....	23
- Figura 09: Foto da Mureta e Trampolim do Lago das Rosas (2021).....	24
- Figura 10: Foto da Mureta e Trampolim do Lago das Rosas (2021).....	24
- Figura 11: Foto do Centro Cultural Marieta Teles (2021).....	25
- Figura 12: Panorama da Praça Cívica (2021).....	25
- Figura 13: Foto do Museu Pedro Ludovico (2018).....	26
- Figura 14: Foto do Museu Pedro Ludovico (2021)	26
- Figura 15:Foto da Antiga Chefatura da Polícia (2021).....	27
- Figura 16: Foto da Torre do Relógio (2021).....	27
- Figura 17: Foto do Edifício do Tribunal Eleitoral de Goiás (2020).....	28
- Figura 18: Foto do Coreto (2021).....	29
- Figura 19: Foto do Colégio Lyceu de Goiânia (2021).....	30
- Figura 20: Foto do Colégio Lyceu de Goiânia (2021).....	30
- Figura 21: Foto do Museu Zoroastro Artiaga (2021).....	31

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I - Patrimônio Histórico: Conceito, Restauração e Memória

- 1.1. Aspectos do Patrimônio Histórico 11
- 1.2. Monumento e Restauo segundo Alois Riegl 15
- 1. 3. Revitalização como Preservação da História-Memória 17

CAPÍTULO II - Patrimônio Goianiense: Contexto, Arquitetura e Políticas

- 2.1. Patrimônio Goianiense na Contemporaneidade** 22
- 2.2. Planejamento e Art Déco em Goiânia 36
- 2.3. Políticas Públicas de Revitalização do Patrimônio 40

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- REFERÊNCIAS** 44

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ano de 2018 ocorreu o incêndio no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, que trouxe inúmeros prejuízos de valor histórico à memória dos brasileiros. Após isso passamos a nos questionar acerca da importância da preservação e revitalização dos monumentos. Boa parte da população não compreende o que é o Patrimônio em si e qual o sentido de preservá-lo. A partir de estudos é possível compreender como há várias concepções de Patrimônio e Preservação, concluindo que esse tema é pouco discutido no Brasil, devido às políticas que regem tal temática. Porém, com o tema acerca da preservação em voga, faz com que haja uma tendência à valorização do patrimônio nacional.

A capital de Goiás foi a primeira cidade planejada no século XX, com um grande acervo patrimonializado nos moldes do Art Déco, buscando trazer uma certa modernidade para a cidade. O objetivo geral deste trabalho é pensar o Patrimônio e as questões ligadas à preservação, teorias e revitalização.

O primeiro capítulo irá abordar o que é Patrimônio e seu contexto, surgimento e utilização no Brasil a partir do século XX, abordando também o monumento através de Alois Riegl e qual a ligação entre Patrimônio e Memória.

No segundo capítulo apresentaremos a atual situação do conjunto patrimonializado hoje, trazendo análises através de fotografias, fazendo comparações. O Art Déco e as características desse estilo arquitetônico, apresentando também a intencionalidade acerca da implementação desse estilo na capital goiana. E as políticas patrimoniais, quais os órgãos responsáveis pela preservação e revitalização do conjunto patrimonial e os projetos que fazem a preservação.

A metodologia do trabalho será através de revisões bibliográficas de obras impressas e online. Serão dissertações, artigos, teses e fotografias sobre o Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia tombado pelo IPHAN. Será investigado, principalmente a preservação do patrimônio

CAPÍTULO I - Patrimônio Histórico: Conceito, Restauração e Memória

1.1. Aspectos do Patrimônio Histórico

A palavra “Patrimônio” pode ter inúmeros significados. Para se ter uma breve noção, é necessário entender sua origem. Patrimônio nos remete a algo de valor, muitas vezes familiar que atravessa gerações. No latim, *Patrimonium* significa “herança, propriedade paternal”. Patri vem da palavra *Pater* “pai”, e *Monium* que indica um estado, uma ação. Ao inserir um significado Histórico, esse termo foi ganhando interpretações e teorias acerca de seu significado. Nesse sentido, para os estudiosos da patrimonialização, o Monumento como objeto de estudo, passa a ter mais valor porque passa a integrar a memória de um local (VOGT, 2008. p 14). O patrimônio é um tema que está em constante debate, seja por motivo de preservação, restauração ou até mesmo de destruição. É importante frisar que os bens patrimoniais tangíveis marcam a memória de uma sociedade.

Há classificações dentro da temática Patrimônio Cultural, sendo eles: Patrimônio Material e Imaterial, Arquitetônico e Edificado, Artístico, Arqueológico, Religioso e Ambiental. O patrimônio cultural pode ser entendido como uma herança na contemporaneidade, e a partir da preservação do poder público, a sociedade pode desfrutar e conhecer fragmentos da história de um local, este sendo imaterial (intangível) ou material (tangível).

Até o século XIX, o patrimônio era então definido como um conjunto de edificações, objetos e documentos de valor artístico ou histórico. No século XX, a abordagem do Patrimônio Histórico adquiriu ainda outras características. O monumento histórico passou a ser analisado levando-se em conta a integração com seu entorno: começa a polêmica sobre monumentos percebidos isoladamente ou considerados no contexto do conjunto ambiental. (GRAMMONT, 2006, p. 439)

O conceito mais moderno, quando se fala de patrimônio, surgiu na França em meio ao contexto do Iluminismo e da Revolução Francesa, meados do século XVIII e XIX. Esse termo passou a ser utilizado como forma de preservar os monumentos históricos do país, que estavam sendo vandalizados. No país, uma equipe especializada ficou encarregada de decidir o que seria patrimônio ou não, e dentre esses havia historiadores, arquitetos, especialistas da área do direito,

sociólogos e críticos da literatura. (VOGT, 2008, p.15). Eram atribuídos valores aos monumentos e edifícios a partir do momento em que eram considerados patrimônios, assim passava-se a investir na preservação.

A questão do patrimônio ganhou protagonismo, também, na Grã-Bretanha ao buscar “proteger” as instituições religiosas das manifestações que ocorriam durante a Reforma Protestante, esse tipo de vandalismo era visto como um afronte ao nacionalismo. A Itália foi uma das pioneiras no que diz respeito à restauração dos bens patrimoniais, buscando conservar as estruturas do passado, e quando necessário, implementar novas características. (GRAMMONT, 2006, p.437).

Em 1931, com a Conferência Internacional de Atenas¹, a preservação ao patrimônio ganhou maior projeção internacional com a criação do documento intitulado *Carta de Atenas*², esse que determinava as regras para a proteção dos monumentos e educação patrimonial.

Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos - e cada caso pode comportar uma solução própria - , a conferência constatou que nos diversos Estados representados predomina uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais, evitando assim seus riscos, pela adoção de uma manutenção regular e permanente, apropriada para assegurar a conservação dos edifícios. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época. (IPHAN, p.1)

Existem duas cartas patrimoniais dos anos de 1931 e 1933 que estão disponíveis no site do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A primeira foi composta a partir dos problemas de técnicas, leis e preservação ocorridos nesse período. A segunda foi escrita a partir do crescimento urbano visando o planejamento, urbanismo e infraestrutura.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, ocorreu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). A nova Ordem se manifestou sobre a questão da preservação patrimonial, visando proteger os monumentos que

¹ Exposição das legislações cujo objetivo é proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico, pertencentes às diferentes nações.

² Carta patrimonial sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas.

foram destruídos durante a Segunda Guerra. Logo em 1946, foi criada a “Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura” (UNESCO), buscando agir nas áreas que necessitavam de auxílio. Com isso, em 1954 em Haia sob o comando da UNESCO, ocorreu o evento “Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado”, onde foram discutidas questões acerca da proteção dos patrimônios. Os países que assinaram este documento se comprometeram a assegurar e defender os bens patrimoniais. (VOGT, 2008, p. 17)

O artigo 4º do documento determina:

§1 - As Altas Partes Contratantes comprometem-se a respeitar os bens culturais situados quer no seu próprio território quer no território das outras Altas Partes Contratantes, não se permitindo a utilização desses bens, dos seus dispositivos de proteção e dos acessos imediatos para fins que poderiam expor esses bens a uma possível destruição ou deterioração em caso de conflito armado, devendo também abster-se de qualquer ato de hostilidade em relação a esses bens. (CONVENÇÃO DE HAIA, 1954)

No ano de 1972, a UNESCO criou a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”, o Brasil obtém 22 bens patrimoniais culturais e naturais declarados neste documento, destes, apenas 14 são patrimônios materiais e estão listados.

As questões de patrimônio no Brasil passaram a ser abordadas no final do século XIX, em meados dos anos de 1889, surge certa preocupação acerca da preservação dos bens patrimoniais, durante a República Velha os integrantes do governo começaram a debater este assunto, pois consideravam que a partir de um cuidado iriam ajudar a criar uma identidade nacional. (VOGT, 2008, p 22.). Ademais, foi a partir da década de 1920 que a valorização do patrimônio se tornou um assunto político, no ano de 1937 houve a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), ficando responsável pela preservação dos bens, pois a sociedade começava a dar os primeiros passos rumo à preservação dos patrimônios materiais. Porém com a chegada da ditadura militar, em 1964, o Sphan se tornou IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (VOGT, 2008, p) A partir da década de 1920 o conceito de Patrimônio passou a ter uma pequena visibilidade na Constituição de 1934, artigo 148, numa breve referência à preservação dos bens do país.

“Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.”
(CONSTITUIÇÃO, 1988, art. 148)

Entre o Período Republicano, a Semana de Arte Moderna de 1922 e o Estado Novo, a questão da preservação dos monumentos patrimoniais se torna uma discussão presente, buscava-se criar um sentimento de pertencimento à nação e identidade brasileira. A preservação do patrimônio só passou a ser colocada em prática com os decretos do Estado Novo³, no ano de 1937, propondo um regimento para identificar, qualificar e preservar os monumentos e bens patrimoniais.

Nota-se que os intelectuais modernistas eram os mais interessados na busca pela preservação e, ainda no período da década de 1920, a pedido do Ministro da Saúde e Educação Gustavo Capanema, o poeta Mário de Andrade elaborou um projeto que é considerado por muitos o mais completo, ao que originou o Sphan, pois o mesmo abrangia os aspectos culturais buscando preservar a diversidade. (VOGT, 2008, p.22). O decreto que deu origem ao SPHAN era repleto de ideias conservadoras, acerca da história e cultura brasileira, criado por políticos da época, resultando no tombamento de monumentos mais elitizados, como os da Bahia e Minas Gerais.

Criava-se uma concepção de que a cultura do país se originou do barroco colonial, sendo escolhidos a dedo por aqueles que tinham mais posses no período. Apesar da criação do Sphan ser algo de extrema importância naquele momento, havia algumas controvérsias acerca da funcionalidade do órgão que trabalhava com um grupo restrito de técnicos para a seleção dos patrimônios. A professora e doutora em Arquitetura, Maria Lucia Bressan Pinheiro, aponta que havia um "estereótipo" de tombamento, e na atualidade ainda existe a concepção de que patrimônio é tudo aquilo considerado obra de arte, isso era um problema da política de preservação no Brasil, porque a mesma valorizava a estética ao contrário da historicidade do monumento.

No que diz respeito à seleção de bens culturais para tombamento,

³ Período entre 1937/45, sendo caracterizado, segundo a historiografia atual, por um regime ditatorial.

percebe-se que ainda é absolutamente predominante a noção de patrimônio como “obra de arte”, e que mesmo os exemplares arquitetônicos são encarados como “únicos”, “excepcionais” - como se desprende do Cap. I Art. 1, do Decreto-lei 25. Na prática, tais critérios privilegiavam a excepcionalidade e a representatividade dos bens culturais de alguns momentos específicos da história brasileira (PINHEIRO, 2004, p.9)

Alguns dos mediadores que integravam o Sphan eram Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Lucio Costa, entre outros. Contudo, pouco se aprofundaram em estudos acerca da arquitetura brasileira, somente Lúcio Costa que tinha certo conhecimento sobre o assunto. Isso se deve por falta de aprofundamento no assunto e a desvalorização com a arquitetura brasileira, mas foi algo que os técnicos logo deram-se conta e buscaram embasamento e estudos nesta área. Havia um certo “desprezo” pela arquitetura brasileiro por parte da população, justamente por falta de informação. (PINHEIRO, 2004, p.10)

Ainda durante o governo de Getúlio Vargas, foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais, responsável pela catalogação e fiscalização dos bens históricos, para que fossem entregues ao Governo Federal, que os analisava visando se tornarem patrimônios nacionais. Esta Inspetoria foi uma extensão do Museu Histórico Nacional. (TOMAZ, 2010, p.9)

Apesar da carta redigida por Mário de Andrade não ter sido utilizada para a criação do Sphan, suas concepções acerca de Patrimônio vão além do tombamento, e com a Carta Constitucional de 1988 os bens imateriais também foram “valorizados”.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CARTA CONSTITUCIONAL, 1988, art. 216)

1.2. Monumento e Restauro segundo Alois Riegl

A partir do entendimento sobre o que é Patrimônio, é possível compreender as minúcias acerca da temática Restauração e as teorias que a cercam, a partir de *O Culto Moderno dos Monumentos*, do autor Alois Riegl.

Quando se pensa em restauração, é comum leva-se em consideração somente aqueles que têm valor cultural, deixando de lado a sustentabilidade, também vem a ideia de que o restauro serve tão somente para trazer a forma original do monumento, porém, a partir de mudanças de concepções, ao longo dos anos, a Restauração passou a abranger novas possibilidades, entre elas, a conservação e harmonização entre as características do passado com as do presente.

O século XIX trouxe curiosidades sobre o passado, autores como Hartog e Françoise Choay passaram a pesquisar sobre as diferentes representações, buscando dar maior visibilidade para as experiências e características de determinada época. (BEZERRA, 2010, p. 2)

Alois Riegl foi um historiador da arte vienense, chegou a integrar a Comissão Central Imperial e Real dos Monumentos Históricos e Artísticos na Áustria, onde foi responsável pela organização das bases onde se classificavam documentos. No ano de 1903, lançou o livro *Der moderne Denkmalkultus*, em português *O Culto Moderno dos Monumentos*. O livro é composto por três capítulos e apresenta as ideias acerca das práticas de restauração. A partir do título do livro, é possível compreender o seu significado, pois seria algo como: os novos valores da contemporaneidade não acabam com a “veneração” pelos monumentos. As transformações que ocorreram com os monumentos, ao passar dos anos, possibilitou à Riegl, reorganizar os fundamentos para a conservação das obras austríacas.

Há um distanciamento de passado e história, onde se obtém explicações a partir da evolução dos acontecimentos, Riegl apresenta os valores de memória e de contemporaneidade para explicar a necessidade deste distanciamento.

Riegl classifica os dois tipos de monumentos: o Histórico e o Artístico. Este primeiro é caracterizado através do valor de uma determinada sociedade e época. O valor histórico que ele transmite não pode ser mudado. O segundo vai falar de algo que pode ter várias interpretações, pelo fato de ter sido construído através de diferentes práticas da época. O autor aponta que o valor histórico do monumento deve estar acima do estético, isso porque segundo ele o histórico está presente em toda a obra, diferente do artístico que pode ser considerado

incomum.

É na ideia de evolução que Riegl localiza o valor histórico do monumento, por ele definido como uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos) (RIEGL, 1903, p.11)

Riegl divide o monumento em duas categorias, na primeira é dividido em Histórico e Artístico. O Monumento Histórico é caracterizado por uma “bagagem” histórica, que transmite conhecimento sobre uma determinada época. O Artístico pode ter várias interpretações, e também pode carregar um valor histórico, porém é marcado por práticas sociais de um período. Nessa segunda divisão há os monumentos não intencionais e os intencionais. O não-intencional ou histórico, é aquele que vai ganhando valor ao passar dos anos, com o crescimento da sociedade. Já o intencional é construído com o intuito de sempre lembrar uma determinada sociedade ou época, voltado mais para o lado da escultura do que arquitetura. A partir das classificações dos monumentos, Alois Riegl explica que o valor histórico deve estar acima da estética, pois permeia toda a obra, sendo algo raro no artístico. O autor aponta em sua obra que para que a preservação ocorra é necessário restaurar, e para restaurar é preciso que o monumento esteja em um bom estado de preservação de suas características. Alois Riegl determina duas categorias de valores: Memória, que é a valorização do aspecto não moderno do monumento, e o de Atualidade, onde busca-se adequar o monumento ao contemporâneo.

Depende do indivíduo histórico julgar e classificar o monumento, através de um procedimento que esteja adaptado à realidade no contemporâneo, tendo um aumento significativo de valores modernos com base nas ideias de Alois Riegl.

1. 3. Revitalização como Preservação da História-Memória

Com relação ao patrimônio histórico cultural urbano, consideram-se as informações históricas dadas, mas também, e principalmente, a memória (associada ou diferenciada da história). Assim, a memória utilizada como um instrumento de construção cultural apresenta-se como método de análise. (MONASTIRSKY, 2010, p.325)

Há uma diferença entre a memória e a história. Enquanto a memória é

considerada como algo vivido, e a história é uma representação de eventos que ocorreram em determinado tempo-espaço (MONASTIRSKY, 2010, p.326).

A partir do entendimento sobre o que é patrimônio histórico cultural, entramos na concepção de que a Revitalização está diretamente ligada à memória de uma sociedade. Segundo o autor Leonel Brizolla Monastirsky, toda memória traz consigo histórias que ocorreram com as transformações, essas que acontecem de forma natural ou intencional, servindo como referência. No final do século XX, surgem tendências buscando a continuidade do passado para o presente, com objetivo de preservar a memória social.

O autor Jô Gondar explica que antes da memória estar entrelaçada a uma identidade é preciso entender que pode ser usada como um instrumento de poder, a partir de uma supervalorização em busca de atender aos interesses econômicos do setor público e privado. Por isso é necessário a criação de instituições que visem preservar e restaurar os monumentos, assim, possibilitando o fluxo natural de envelhecimento da obra. (MONASTIRSKY, 2010)

[...] se a memória social remete também a valorização que a sociedade dá ao passado, ela será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais, e, quanto mais mobilizar o mundo afetivo dos indivíduos, vasculhando as suas lembranças particulares, o passado é reconstruído plenamente. (MONASTIRSKY, 2010, p.327)

O significado de revitalizar está atribuído à ação de atribuir vida nova e vigor a algo ou alguém, sendo a ideia principal para os planejadores que buscam com a revitalização urbana dar um novo vigor às áreas degradadas, a viabilizar do ponto de vista econômico a partir de uma melhor utilização e reutilização do espaço. A revitalização urbana não pode ser feita de forma isolada, a área a ser restaurada deve estar adjacente à cidade, atendendo às dinâmicas que ocorrem nos espaços e a evolução urbana.

“[...] promove o desenvolvimento urbano por meio de ações inter-relacionadas, possibilitando uma reabilitação das áreas decadentes da cidade.” (SILVA, 2006, p. 47)

A revitalização pode ser entendida como um processo integrador e inclusivo, iniciativas e projetos que podem surgir a partir do poder público ou privado, com investimentos e melhorias que fazem parte do processo de reabilitação do espaço. Durante o pós-guerra, iniciou-se discussões sobre o processo de revitalização para áreas em degradação, principalmente nas cidades dos séculos XVIII e XIX. Anteriormente, essas áreas não foram favorecidas com a construção de edifícios, caindo no esquecimento por não atrair novos moradores e com arquitetura mais simples resultou em habitações de baixa renda. Nas áreas em que ocorreram esse processo, grandes empresários mostraram interesse, pois passaram a ter uma nova identidade, comércios e um novo conjunto arquitetônico. O aumento econômico e populacional na cidade fez com que houvesse uma expansão e surgimento de bairros com diferentes valorizações. Um dos motivos é a Gentrificação, que consiste na modificação de um espaço urbano, ressignificando a imagem da região buscando enobrecer áreas consideradas periféricas. O termo “gentrificação” passou a ser usado a partir da década de 1960 do século XX, quando ocorreram mudanças em regiões onde a habitação era de predominância da classe operária. A Revitalização Urbana e a Gentrificação são termos que conversam entre si, porém há uma diferença: somente a Revitalização tem o poder de atuar em todos os espaços urbanos, visto que está dentro das políticas públicas.

De tempos em tempos, a dinâmica da valorização habitacional modifica o perfil urbano, isso se deve a criação de novos bairros ou até mesmo por um fator econômico, mas certamente após um tempo esses bairros voltarão a ser revitalizados. Ao revitalizar se dá uma nova face à localidade, mas é importante lembrar que não tem como excluir o passado, e sim, conservá-lo e são os moradores mais antigos que guardam muitos dos relatos orais sobre a história do espaço. Revitalizar também é resgatar a cultura, a memória e as histórias de uma sociedade, conservando de forma que o passado e presente estejam entrelaçados nas características da obra. (DIAS, 2015, p.109)

Um dos principais motivos para a revitalização também é o mais preocupante, a degradação urbana que acaba tornando essas áreas menos

atrativas, o que faz com que sejam substituídas por outras que tem uma melhor estrutura, pois muita das vezes a prefeitura prioriza determinados espaços pelo investimento e comércio. O autor *Ciro Augusto de Oliveira e Silva* manifesta em seu trabalho do ano de 2006, que no Brasil vem surgindo uma maior preocupação com a revitalização das regiões centrais das cidades, porque geralmente são as mais antigas e tem toda uma infraestrutura para oferecer aos habitantes uma boa condição de vida. O autor explica que a falta de preservação e exploração econômica são os principais fatores que causam a degradação desses centros urbanos, mas ressalta que a área a ser revitalizada não necessita ser considerada um patrimônio, mas desde que tenha relevância para a comunidade em geral.

“É importante ressaltar, também, que não só áreas centrais devem ser revitalizadas; outras também devem ser revitalizadas, desde que tenham relevância para a cidade e para a comunidade.” (SILVA, 2006, p.52)

Em Goiânia, há uma escassez de projetos para a revitalização urbana. Em março de 2020 o arquiteto e urbanista Renato Rocha apresentou o projeto de revitalização para o Centro da capital intitulado “A cidade do futuro e as requalificações urbanas – Via Cultural e Gastronômica do Centro de Goiânia”. Esse projeto tem como intuito a revitalização dos espaços públicos do centro de Goiânia, abrangendo uma área de 1400 metros, viabilizando os espaços para que a população ocupe, pensada de forma que atenda as dinâmicas sociais e a população utilize os espaços públicos. A proposta de Renato Rocha se difere das outras já apresentadas e tem grandes chances de ser executada, já que, o arquiteto propôs que as intervenções sejam feitas em parceria com as iniciativas privadas. Desde 2001 durante a gestão do Pedro Wilson que ouve-se em projeto de revitalização no centro de Goiânia, porém não são levados adiante. No ano de 2009 durante a gestão de Iris Rezende, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (SEPLANH) criou o Programa Reviva Goiânia, visando a revitalização do Centro e da região de Campinas, em conjunto com o Estado de Goiás e o Município.

No ano de 2019, o IPHAN em conjunto com a prefeitura, sob a gestão de Iris Rezende, assinou a autorização para reformar os monumentos que fazem parte do acervo Art Déco. A Antiga Estação Ferroviária foi a primeira obra a ser revitalizada, foi entregue em maio de 2019 e custou R\$ 5,87 milhões. O Coreto da Praça Cívica também foi revitalizado, sua obra foi entregue em maio de 2020, e gastou cerca de R\$ 400.000. A Torre do Relógio foi entregue recentemente, em Junho de 2021, e contou com recursos do Governo Federal, cerca de R\$ 678.000. Até o presente momento, foram as únicas obras do acervo Art Déco que foram revitalizadas.

CAPÍTULO II - Patrimônio Goianiense: Contexto, Arquitetura e Políticas

2.1. Patrimônio Goianiense na Contemporaneidade

O acervo patrimonializado de Goiânia consiste em edifícios, quadras e uma parte mais urbana e cultural do Bairro de Campinas. A questão do tombamento patrimonial é algo que vem ocorrendo com certa frequência desde o final do século XX, e o IPHAN junto ao poder público torna-se responsável por zelar destes patrimônios. Há uma lista de tombamentos no site do IPHAN. Dentro do acervo está a Estação Ferroviária de Goiânia, Mureta e Trampolim do Lago das Rosas, Antigo Palace Hotel, Antigo Grande Hotel, Antiga Subprefeitura e Fórum de Campinas, Antiga Escola Técnica de Goiânia, Colégio Estadual Lyceu de Goiânia, Teatro de Goiânia, Traçado Viário dos Núcleos Urbanos Pioneiros, e o Conjunto da Praça Cívica.” A Praça Cívica é um dos principais traçados de Goiânia, pois abrange 23 bens, sendo 12 do Conjunto da Praça Cívica. O Conselho Consultivo do IPHAN aprovou o tombamento deste acervo em dezembro de 2002.

[...] foram protegidos dois (2) traçados viários e núcleos pioneiros de Campinas e Goiânia, mais vinte e três (23) bens componentes do art déco, tombados em conjunto ou isolados. O Núcleo Pioneiro de Goiânia foi representado pelo Conjunto da Praça Cívica (CPC) formado por: catorze (14) bens componentes do art déco. (IPHAN, 2009, p. 21-22)

Figura 01



Fotografia: Rosary Esteves/Argosfoto (SEM DATA)

Figura 02



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

O Grande Hotel localizado entre a Avenida Goiás e a Rua 3 no Setor Central, foi construído no ano de 1936, inspirado no Art Déco, sob a supervisão de Atílio Corrêa Lima. Com boa localização, o hotel recebia diversos políticos, empresários e personalidades importantes da cidade para celebrações e reuniões. Até o final do ano de 2019, o local sediava o evento cultural Chorinho, que acontecia todas as sextas das 18:00 às 22:00. O local foi ocupado pelo Centro de Memória e Referência de Goiânia (SECULT), e segundos dados da SEPLAM do ano de 2009, foi realizado uma parceria entre União e Município com o Projeto Casa Cor, para intervenção na obra, porém, não foram realizadas integralmente pois ficou incompleta. Atualmente o prédio encontra-se em estado de degradação, sua fachada sofre com pichações e colagem de panfletos, além do fator ambiental, o que tem causado inúmeros danos no edifício que vem perdendo suas características.

Figura 03



Fotografia: Letícia Martins. 04/2019

Figura 04



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

A Estação Ferroviária foi inaugurada no ano de 1950 com a função de receber trens de cargas, manteve seu funcionamento até a década de 1980. Desde o ano de 2002 a estação Ferroviária integra o acervo Art Déco, está localizado na Praça do Trabalhador na Avenida Goiás, possui em sua fachada afrescos pintados pelo muralista Frei Confaloni. Em 2016 o Ministério da Cultura autorizou a reforma no local, que foi iniciada em 2017, conduzida pelo IPHAN, os recursos vieram do programa do Governo Federal PAC Cidades Históricas. A obra foi entregue no ano de 2019 e desde então vem mantendo bons aspectos de preservação.

Figura 05



Fotografia: Secult Goiânia. 08/2019

Figura 06



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

O antigo Palace Hotel que se encontra na Avenida 24 de Outubro no Bairro de Campinas, que hoje abriga a Biblioteca Municipal Cora Coralina, foi inaugurado na década de 1970. Atualmente o local está em péssimo estado de conservação, a fachada desgastada além de manchas e pichações.

Figura 07



Fotografia: Retirada do site do iPatrimônio. (SEM DATA)

Figura 08



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

A Antiga Subprefeitura e o Fórum de Campinas encontram-se bastante depredados, além de fiação e postes que interferem na estética.

Figura 09



Fotografia: Curta Mais. 05/2021

Figura 10



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

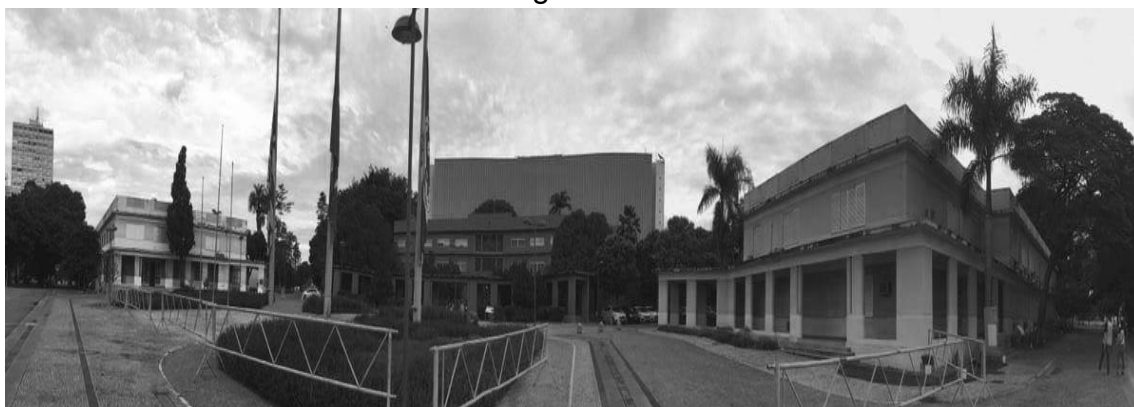
O Lago das Rosas é o parque mais antigo de Goiânia, anteriormente à sua construção o local era reservado a um canteiro de rosas, localizado na Avenida Anhanguera, Setor Oeste. Foi construído no ano de 1941 com o intuito de receber pessoas de baixa renda, que passavam as tardes no trampolim, pois os que tinham maior poder aquisitivo frequentavam o Jôquei Clube, porém a partir da década de 1970 com a construção de prédios e casas de luxo no entorno, dando início a uma divisão social no lugar. Na época de sua construção Goiânia tinha cerca de 40.000 habitantes na capital. A mureta e o trampolim foram construídos no estilo Art Déco, passando por uma reforma junto ao zoológico no ano de 2009, apresentando bom estado de conservação, porém, no momento, estão envelhecidos.

Figura 11



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

Figura 12



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

FIGURA 13



Fotografia: Larissa Machado. 09/2018

FIGURA 14



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

Figura 15



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

Figura 16



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

Figura 17



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

As fotografias acima fazem parte do conjunto da Praça Cívica, que é composto por 14 imóveis. O Obelisco era o principal marcador do eixo Norte/Sul, em conjunto com os outros dois Obeliscos com Luminárias, porém, o principal foi demolido no ato do tombamento do Praça e no local foi construído o Monumento das Três Raças. As luminárias se encontram nas laterais da Praça Cívica, mas boa parte está com defeito e assim como as Fontes Luminosas, descaracterizados. O Palácio do Governo, conhecido como Palácio das Esmeraldas, é um edifício público estadual, originalmente no estilo Art Déco e revestido com pó de pedra na cor verde. O palácio forma um conjunto, algo como uma galeria com o Edifício original da Prefeitura antiga Secretaria Geral tombado como Fórum. O Fórum original foi tombado como Tribunal de Justiça, atualmente abriga a Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN). As Delegacias Fiscal e do Trabalho também integram o conjunto, ambos são edifícios públicos federais, localizados na parte norte da Praça Cívica. Às Delegacia Fiscal preservou a sua arquitetura Art Déco, enquanto a delegacia do Trabalho teve a sua demolida. O Tribunal de Contas que inicialmente foi designado para Estatística do Estado, logo foi ocupado pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE). O Tribunal Eleitoral passou por algumas modificações, porém manteve suas características Art Déco. Também fazem parte do conjunto a antiga Chefatura de Polícia, tombado como Procuradoria Geral do Estado de Goiás, o Relógio na Avenida Goiás que recentemente foi restaurado pelo IPHAN com os recursos recebidos da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (CASAG), voltando ao seu funcionamento normal no ano de 2021.

Figura 18



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

O Coreto foi inaugurado no ano de 1942, e foi local de várias manifestações políticas, culturais e artísticas. No ano de 2019 foi iniciada uma obra de restauração que buscou a valorização de sua arquitetura urbana, e foi entregue em maio de 2020. É um dos monumentos mais conhecidos valorizado pela memória dos goianienses, porém é um local pouco preservado pelo poder público.

Figura 19



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

Figura 20



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

O Colégio Lyceu de Goiânia foi um projeto de Attilio Correa Lima, que não concluiu a obra, o Escritório Coimbra Buena ficou responsável pela continuidade. A construção teve início em 1936 e a inauguração ocorreu no ano de 1937. Atualmente, a instituição funciona em tempo integral, sua fachada está envelhecida, a pintura em cor rosé está descascada e com várias pichações.

Figura 21



Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

O Museu Zoroastro Artiaga foi fundado no ano de 1946 como o primeiro Museu do Estado de Goiás, a partir do decreto-Lei nº 383. Conta com um grande acervo sobre a cultura material e imaterial do estado. O nome é em homenagem ao seu fundador, que também foi o primeiro diretor da instituição, o Zoroastro Artiaga.⁴ No ano de 2014 fechou para reforma, pelos danos causados pela chuva, como informou a SECULT⁵ Goiás.

2.2. Planejamento e Art Déco em Goiânia

A fundação da cidade de Goiânia ocorreu no dia 24 de Outubro de 1932, porém, sua inauguração aconteceu no ano de 1937 quando a construção dos primeiros edifícios foi finalizada. A construção da cidade se deu em meio ao cenário da Revolução de 1930 e a rivalidade entre as oligarquias, sendo este o período em que Pedro Ludovico Teixeira se integrou à Junta Governativa do Estado, após o fato, Ludovico é nomeado Interventor Federal.

Ludovico buscava dar uma nova face à política de Goiás, em seu slogan político, ele enaltece o progresso, futuro e modernidade, pois acreditava que uma

⁴ Foi professor, advogado, geólogo e historiador.

⁵ Secretaria Estadual de Cultura.

nova capital seria o ideal para o progresso. Uma capital jovem em oposição à velha. Ludovico apresentou essa proposta a Getúlio Vargas, que aceitou a transferência, de fato, não foi algo fácil, havia uma oposição entre a velha e a nova capital, falta de recursos financeiros, mão-de-obra especializada e materiais para construção. Sugerindo com a criação de Goiânia, uma nova identidade, e, portanto, ruptura com a tradição encarnada na oligarquia, até então, representando o mandonismo na unidade federativa.

Analisando o contexto social no qual o Brasil encontrava-se na década de 1930, almejando a modernização, forte pressão para o trabalho, Estado Novo e a Marcha para Oeste, pode-se entender como foi o planejamento inicial para a cidade de Goiânia. Entre os anos de 1950 e 1980, a cidade aumentou significativamente, houve a criação de vários bairros, apesar do processo de modernização se enquadrar no progresso e modernização dos ideais para a nova capital que Pedro Ludovico almejava, a cidade não conseguiu acompanhar o crescimento da população.

No planejamento inicial a cidade foi projetada para 50.000 pessoas, esse número aumentou com o passar dos anos, o projeto de Ludovico não contemplava a sociedade por um todo. A trajetória de Atílio Corrêa Lima durou poucos anos, já em 1936 foi afastado, sendo substituído pelo escritório Coimbra Bueno & Cia. LTDA. Armando de Godoy, deu continuidade ao Art Déco somente nas regiões central e norte, e implantou um modelo de Cidade Jardim, um exemplo é o Setor Sul que era cercado por cinturões verdes. Três pilares faziam parte do projeto da capital: I. Sistema Viário; II. Zoneamento; III. Configuração do Terreno. Pedro Ludovico, criou uma comissão de pesquisa em meados de 1933, iniciando a busca por estudos topográficos, hidrológicas e climáticas das localidades de Bonfim (Silvânia), Pires do Rio de Ubatã (Vila de Erigeneu Teixeira, em Orizona) e Campinas (bairro de Campinas), foi nessa região que Ludovico encontrou uma fazenda e decidiu construir Goiânia naquele local. Criméia, Botafogo e Vaca Brava eram fazendas que ficavam à margem do córrego Botafogo. O Decreto Estadual 3359 determinou a construção da capital nesse espaço, que naquele período integrava a região de Campinas. Em 23 de março de 1937, Lévi Strauss fez uma breve visita a Goiânia e logo deixou suas

impressões sobre a nova capital, com um olhar realista sobre o local ainda sem identidade e cultura.

Uma planície sem fim, que parecia, ao mesmo tempo, um terreno baldio, um campo de batalha, erigida de postes de eletricidade e de estacas de agrimensura, exibia uma centena de casas novas dispersas pelos quatro cantos do horizonte [...] pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, quanto essa implantação no deserto. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás; nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito lhe saturara o vazio ou lhe suavizara a rigidez; ali nos sentíamos como numa estação de trem ou num hospital. Sempre passageiros, e nunca residentes. (STRAUSS 1957, p.128)

Fotografia: Juliana Castilho. 11/2021

No dia 06 de Julho de 1933 Attilio Corrêa Lima foi contratado por Pedro Ludovico, para o planejamento arquitetônico da cidade no estilo Art Déco, inspirado nas cidades-jardins do urbanismo francês, e ao ser implantado na cidade trouxe uma nova perspectiva de uma cultura mais moderna para a cidade, sendo um momento em que se buscava o desenvolvimento e mudanças políticas. Boa parte do conjunto arquitetônico está localizado no Setor Central, alguns exemplos são o Palácio das Esmeraldas, Secretaria Geral e Grande Hotel.

O acervo patrimonializado de Goiânia é composto por 22 monumentos tombados como patrimônio histórico e cultural, sendo a maioria parte do conjunto Art Déco planejado por Attilio Corrêa Lima. O tombamento patrimonial vem acontecendo com certa frequência desde o final do século XX, quando o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) junto ao poder público torna-se responsável por zelar destes patrimônios. Muitas pessoas não conhecem este estilo arquitetônico, mesmo que estejam presente em boa parte dos edifícios patrimonializados, passando despercebido pela comunidade goianiense, e de acordo com Jackeline Mendes Ferreira (2020, p.2) “Poucas pessoas conhecem o processo histórico e construtivo do município ou não perfilham as características arquitetônicas do Art Déco [...]”. Nas décadas de 1930 e 1940 o estilo Art Déco se popularizou nas cidades Brasileiras, pois para a maioria esse estilo representava a modernidade que o país procurava, além de ser mais acessível para as mais variadas classes sociais.

O Art Déco foi um conjunto de manifestações artísticas, estilisticamente coeso, originado na Europa e que se expande para as Américas do Norte e do Sul inclusive Brasil, a partir dos anos 20. Seu lançamento formal ao público ocorreu na Exposition Internationale des Arts Décoratives et Industrielles Modernes, acontecida em Paris, em 1925, [...] (CONDE; ALMADA, 2000,p. 9).

O Art Déco surgiu entre os anos de 1908 e 1912 na França, ganhando reconhecimento internacional durante a Exposição de Arte Industrial e Decorativa Moderna de Paris no ano de 1925. Tem como característica formatos que misturam o antigo com o moderno, um design abstrato com formas geométricas, futuristas linhas em zig zag, cores marcantes que transparecem algo moderno e artístico. (AZEVEDO, 2018, p.44). Tendo como inspiração os movimentos e representação do chamado estilo moderno, como o Art Nouveau, Movimento do Cubismo entre outros. Um dos motivos da criação desse estilo foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que deixou rastros de destruição em todas as partes, buscava-se trazer um escapismo na dura realidade da sociedade, o Art Déco foi sendo inserido aos poucos como forma de “colorir”, criar fantasias e um certo otimismo através do que havia de mais moderno na década de 1920. (AZEVEDO, 2018, p.45)

O Art Déco possibilita desde a composição de formas exuberantes, megalomaniacas, dispendiosas e sofisticadas até mesmo formatos simplistas, de materiais de menor custo e mais acessíveis. Essa infinidade de formatos e variedades ornamentais, em especial a facilidade de composição utilizando materiais como o cimento, permitiu que o Art Déco fosse um estilo amplamente difundido em solo brasileiro. Não somente nas metrópoles, mas também em cidades interioranas, tornou-se um estilo popular, garantindo diversos exemplares das mais variadas abordagens e que conferem um diferencial cultural emblemático pela produção de um “estilo moderno” imponente, incorporado de brasilidade, difundido em todas as classes econômico-sociais e que adapta materiais e técnicas únicas e representativas de um patrimônio também único. (AZEVEDO, 2018, p.47)

Os monumentos tombados na cidade de Goiânia, em sua maioria, são caracterizados pelo estilo Art Déco, foram adaptados às necessidades da cidade, logo nos primeiros anos o estilo foi sendo implantado nos edifícios, nas regiões mais centrais, em comparação às mais afastadas, que era adotado um estilo mais neocolonial. Há uma diversidade no conjunto arquitetônico Art Déco, alguns são mais ricos em detalhes e outros apresentam uma arquitetura mais simples. Daniella Medeiros Moreira Rocha (2012) aponta em seu artigo a semelhança

entre o planejamento de Attilio Corrêa Lima para Goiânia com o do Urbanista Georges-Eugène Haussmann (1809-1891) para Paris, por conta da arquitetura moderna presente em ambos, centros urbanos, monumentos, formatos geométricos praças e grandes edifícios.

As edificações isoladas são: Colégio Lyceu de Goiânia, Grande Hotel, Teatro Goiânia, Escola Técnica, Estação Ferroviária, Trampolim e Mureta do Lago das Rosas. Dentro da Praça Cívica: Coreto, obelisco com luminárias, fontes luminosas, antigo Fórum e Tribunal de Justiça, pela residência de Pedro Ludovico Teixeira, pelo Palácio das Esmeraldas, pela Torre do Relógio e pelos edifícios do antigo Departamento Estadual de Informação, da antiga Delegacia Fiscal, da antiga Chefatura de Polícia, da antiga Secretaria Geral e do Tribunal Regional Eleitoral. No bairro de Campinas foram tombados a sede da Subprefeitura, o Palace Hotel e o Fórum local. (AZEVEDO, 2018, p.58)

Além do acervo patrimonializado, há cerca de 125 edifícios privados no estilo Art Déco, porém boa parte dos edifícios comerciais causam poluição visual, isso se deve às placas e letreiros, tirando a identidade visual. Também ocorre o abandono de edificações que acabam sendo vandalizadas ou demolidas.

2.3. Políticas Públicas de Revitalização do Patrimônio

Na atualidade, a capital de Goiás não desfruta de uma estrutura estética pensada para incorporar os eventos culturais, e isso se deve à degradação na qual alguns edifícios se encontram. Goiânia, apesar de ter sido planejada a partir dos ideais políticos de Pedro Ludovico Teixeira, "Progresso, futuro e modernidade", tornou-se uma cidade desestruturada. Os projetos de intervenção e preservação do patrimônio de Goiânia são inconsistentes, isso se torna evidente ao observarmos os edifícios que, em sua maioria, encontram-se em estado de degradação, tornando esses pontos históricos apagados.

O crescimento da cidade causa uma degeneração dos centros urbanos, principalmente dos monumentos patrimonializados, pois suas características ficam escondidas pela deterioração, tanto o poder público como o privado criam projetos de intervenções para reabilitar as obras. Dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável (SEPLAN) há o projeto "Divisão de

Requalificação Urbana e Patrimônio", responsável pela criação de programas que visam a proteção dos imóveis que compõem o patrimônio cultural da cidade.

Como visto no primeiro capítulo, a criação do SPHAN, foi uma das primeiras medidas adotadas, no Brasil, para a preservação e revitalização, pode-se dizer que houve duas fases na organização do SPHAN. Inicialmente na década de 1930, o SPHAN estava responsável apenas pela conservação e restauração do Patrimônio, após esse período, na década de 1970 seu nome foi modificado para IPHAN, houve mudanças também em relação a estrutura e políticas, com atuações para proteger não somente os bens materiais mas também os culturais, festas, costumes, ritos e tradições. (SILVA, 2006, p. 77)

Em meados da década de 1990 no Brasil, ocorreu a criação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, conhecido como Programa Monumenta, e a sua implementação ocorreu no ano de 2000. Esse programa tem como objetivo fomentar políticas de preservação dos patrimônios integrados ao IPHAN, foi criado pelo Ministério da Cultura para tornar-se uma política pública federal. Além do IPHAN, o projeto tem o apoio do Programa Monumenta/BID. São 26 cidades que participam do programa, incluindo o Centro Histórico de Goiás/GO, sendo escolhidos pela sua representatividade histórica. O programa busca promover ações educacionais acerca da preservação do patrimônio, além de pesquisar a fundo as principais causas da degradação dos edifícios e monumentos.

Esse programa é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio com desenvolvimento econômico e social. São objetivos do programa: preservar o patrimônio histórico, artístico e urbano, aumentar a consciência da população acerca da importância do patrimônio e estimular a utilização econômica, cultural e social das áreas em recuperação no âmbito do projeto, assim como o resgate e a conservação permanente dos principais conjuntos patrimoniais urbanos do Brasil. (SILVA, 2006, p. 77)

O Decreto-Lei n.º 25/37 determina que o tombamento é também uma política patrimonial, pois, é de interesse público que o acervo patrimonializado seja conservado pelo seu valor histórico.

“Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da

história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (CONSTITUIÇÃO, 1988, Art. 1º)

O tombamento ocorre quando os bens culturais móveis e imóveis são inscritos no livro do tombo, incluindo os núcleos históricos, cidades e bairros. Em Goiás existem tombamentos que foram feitos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pelo Governo Estadual e Federal. (SILVA, 2006, p. 83)

Decreto-lei define os bens a que se destinam a proteção e conservação, segundo a sua natureza – bens de natureza material: bens móveis, bens imóveis, monumentos naturais, sítios e paisagens – prevendo a inscrição em um ou mais Livros do Tombo de acordo com o(s) valor(es) que a eles é(são) atribuído(s). (SANTOS; TELLES, 2016)

O IPHAN fez o tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia e Campinas. Entre os tombados pelo Governo Estadual e Municipal estão:

Tribunal de Contas do Estado, Edifício da Justiça Federal (primeira residência de Pedro Ludovico, além de ser a primeira Faculdade de Direito de Goiânia), Academia Goiana de Letras (antiga residência de Colemar Natal e Silva), Catedral Metropolitana, Residência de Altamiro de Moura Pacheco, Colégio Ateneu Dom Bosco, Grupo Escolar Modelo, Centro Cultural Martim Cererê, Residência de Venerando de Freitas Borges, Igreja do Sagrado Coração de Maria, Capela Nossa Senhora das Graças, Teatro Inacabado, Centro Cultural Gustav Ritter, Capela São José e Túmulo de Pedro Ludovico. (SILVA, 2006, p. 82)

Como indica *Ciro Augusto de Oliveira e Silva*, o poder público estadual e federal deveria planejar uma estratégia de parceria com o Programa Monumenta, a fim de ampliar e dar prosseguimento ao projeto de preservação do acervo patrimonializado, de Goiânia e também o tombamento de outros edifícios de diferentes estilos arquitetônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dois capítulos foram trabalhadas questões a partir do conceito de Patrimônio, desde seu significado, as classificações que Alois Riegl atribui aos monumentos e como as práticas de preservação estão diretamente ligadas à memória. Em Goiânia, foi apresentado a real situação do acervo patrimonializado Art Déco, a partir de fotografias e contextualização, o como e porquê esse estilo arquitetônico foi implantado na capital, e após essa breve análise, nos aprofundamos nas políticas patrimoniais vigentes no Brasil.

A problemática trabalhada foi, apresentar o que é Patrimônio Histórico, qual a importância da preservação e revitalização para a memória da sociedade goianiense, a partir da pesquisa notou-se que boa parte dos edifícios tombados não tem um acompanhamento para manter a obra em bom estado de preservação, como ocorre com o Grande Hotel que acaba tendo uma imagem marginalizada pelo seu aspecto de degradação. A partir dessas análises, compreende-se que é de fundamental importância a atuação de políticas públicas para revitalização, além de um acompanhamento constante dos órgãos públicos para a preservação dos monumentos.

Por fim, os edifícios tombados não tem um acompanhamento para manter a obra em bom estado de preservação, como ocorre com o Grande Hotel que acaba tendo uma imagem marginalizada pelo seu aspecto de degradação. A partir dessas análises, compreende-se que é de fundamental importância a atuação de políticas públicas para a criação de projetos para a revitalização urbana e a educação patrimonial.

Conclui-se que em Goiânia, não há uma preservação constante do Acervo Patrimonial tombado pelo IPHAN, onde verifica-se que apesar de que recentemente alguns foram restaurados, mas por conta do abandono já estão com um aspecto de degradação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Márcia; DE ALMEIDA, Maria Geralda. A Paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia: uma interface entre patrimônio e a metrópole contemporânea. **Raega: O Espaço Geográfico em Análise**, v. 14, 2007.

ARAÚJO, Márcia de. **Núcleo pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?** Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2008.

AZEVEDO, Angélica. **Memória Art Déco em Goiânia: a busca por uma identidade.** Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

AZEVEDO, Angélica Fernandes; DE LEMOS CARVALADE, Flávio. Goiânia: Art Déco como Símbolo de Modernidade. **PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 2, n. 4, 2018.

GRAMMONT, Anna Maria de. **A construção do conceito de Patrimônio Histórico: restauração e cartas patrimoniais [ALDS2] . Revista de Turismo y Patrimonio Cultural [ALDS3] - PASOS.** Vol. 4. 2006

BEZERRA, Rafael Zamorano. Objetividade histórica, autenticidade e restauração dos monumentos históricos: algumas considerações. **Anais do I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Enanparq)**, 2010.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

DE BARROS CORREIA, Telma. O art déco na arquitetura brasileira. **Revista UFG**, v. 12, n. 8, 2010.

Carta de Atenas. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 1999.

FERREIRA, Jackeline Mendes; DE OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz. **Políticas públicas patrimoniais: O tombamento Art Déco em Goiânia (GO).** [ALDS4] **RUA**, v. 26, n. 1, 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos.** Buenos Aires: Eudeba, 1970.

Lima, Luana. **Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência.** Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2017.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. Espaço urbano: memória social e cultural. **Revista Terra Plural**, Ponta Grossa: v.3, n.2, p.323-334, jul/dez.2009.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco-Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, n. 3, p. 4-14, 2006.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos[ALDS5]** : sua essência e sua gênese. Goiânia: UCG[ALDS6] , 2006.

SILVA, Ciro Augusto. **Revitalização e preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico do centro de Goiânia**, Goiânia, 2006.

TEIXEIRA, Erick Kervillynn; SANTOS, Mayko Dourados. Mapeamento de Danos em Edifício Tombado pelo Patrimônio Histórico-Estudo de Caso, Grande Hotel-Goiânia-GO. **Educação Sem Distância-Revista Eletrônica Da Faculdade Unyleya**, v. 1, n. 3, 2021.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

UNES, Wolney. Descobrimo patrimônio. **Revista UFG**, v. 12, n. 8, 2010.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: história & cultura**, v. 7, n. 13, 2008